



# Caderno de Negociação



Número 88 - Abril de 2025

## GREVES

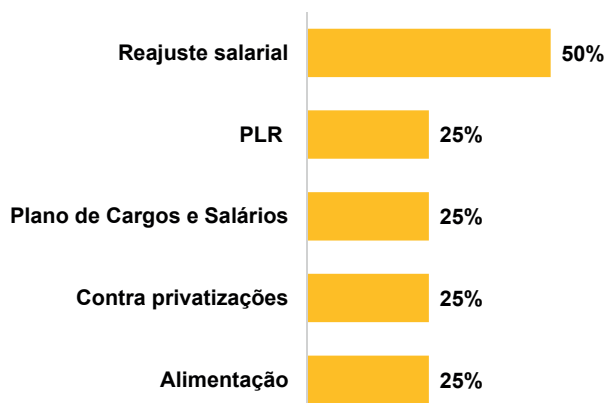
### Contra a privatização nas estatais e os atrasos salariais nas empresas privadas, urbanitários intensificam luta

Em 2024, os trabalhadores que atuam na implementação e manutenção das redes de água e eletricidade deflagraram 17 greves. Metade (oito) em empresas estatais, geralmente de abrangência estadual. Outra metade (nove greves) em organizações privadas - sete delas em prestadoras de serviços terceirizados, de menor porte, e outras duas na Energisa, uma grande instituição que distribui energia elétrica em 10 estados.

Reivindicações de reajuste salarial foram mais frequentes nas greves das estatais (50%) do que nas mobilizações das privadas (33%). Já as demandas relacionadas à alimentação apareceram mais nas paralisações das empresas privadas (67%) do que nas estatais (25%). As duas questões, reajuste e alimentação, se destacaram com as mais importantes para os trabalhadores das duas categorias. Urbanitários das empresas estatais também protestam contra a ameaça de privatizações (na Saneago, de Goiás, e na Agespisa, do Piauí); por modificações nos planos de cargos e salários; e por melhorias nos acordos de participação nos lucros ou resultados (PLR).

Nas empresas privadas, as reivindicações têm caráter de defesa mais acentuado: contra o atraso no pagamento de salários, por melhores condições de trabalho e de segurança.

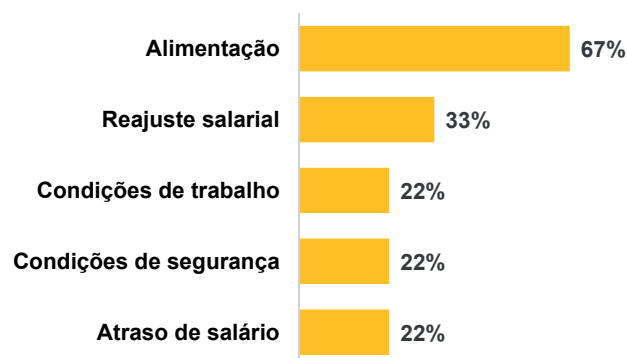
#### Principais motivações das greves dos urbanitários nas estatais - 2024



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)  
Elaboração DIEESE

Obs.: A soma dos percentuais pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

#### Principais motivações das greves dos urbanitários nas empresas privadas - 2024



Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG)  
Elaboração DIEESE

Obs.: A soma dos percentuais pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações



Imagem de Freepik

## NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

### Março: cerca de 80,5% dos reajustes têm ganhos reais

Nas negociações coletivas da data-base março, 80,5% dos reajustes registrados no Mediator até 4 de abril resultaram em ganhos reais aos salários, na comparação com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE). Outras 10,4% tiveram resultados iguais à

inflação e 9,1% ficaram abaixo dela. A variação real média da data-base março é, até o momento, de 0,81% acima do INPC.

Em 12 meses, os trabalhadores nos transportes e na construção e mobiliário alcançaram ganhos reais em mais de 90% dos casos. Por outro lado, menos da metade das negociações dos trabalhadores em empresas de comunicação e dos profissionais liberais conseguiu esse resultado.

O maior valor médio dos pisos é dos profissionais liberais (R\$ 3.477) e o menor, o dos trabalhadores em comunicação e nas indústrias têxteis (R\$ 1.638 em ambas).

**Distribuição dos reajustes salariais em relação à variação do INPC-IBGE e variação real média dos reajustes, por data-base - Brasil, últimas 12 datas-bases**

Data-base	Reajustes em comparação com o INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
<b>Abr/24</b>	75,4%	20,2%	4,4%	1,19%	1.028
<b>Mai/24</b>	88,5%	9,7%	1,8%	1,54%	7.572
<b>Jun/24</b>	86,1%	11,4%	2,5%	1,29%	1.740
<b>Jul/24</b>	75,0%	18,9%	6,1%	1,08%	1.215
<b>Ago/24</b>	77,8%	14,7%	7,5%	0,84%	896
<b>Set/24</b>	81,3%	15,9%	2,8%	1,12%	1.741
<b>Out/24</b>	79,2%	13,9%	6,9%	0,99%	1.059
<b>Nov/24</b>	80,1%	14,2%	5,6%	0,68%	1.488
<b>Dez/24</b>	78,4%	16,3%	5,3%	0,64%	190
<b>Jan/25</b>	83,3%	11,5%	5,1%	1,29%	1.554
<b>Fev/25</b>	90,5%	4,5%	5,0%	1,81%	242
<b>Mar/25</b>	<b>80,5%</b>	<b>10,4%</b>	<b>9,1%</b>	<b>0,81%</b>	<b>231</b>
<b>Total 12 meses</b>	<b>83,8%</b>	<b>12,6%</b>	<b>3,7%</b>	<b>1,26%</b>	<b>18.956</b>
<b>Total 2025</b>	<b>83,9%</b>	<b>10,6%</b>	<b>5,6%</b>	<b>1,30%</b>	<b>2.027</b>













Fonte: MTE, Mediator. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 04/04/2025

**Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases**

Categorias	Valor médio	Nº de pisos analisados
Alimentação	R\$ 1.755	1.708
Comerciários	R\$ 1.652	1.565
Comunicações	R\$ 1.638	420
Construção e mobiliário	R\$ 1.834	1.872
Educação privada	R\$ 1.831	81
Metalúrgicos	R\$ 1.861	1.351
Processamento de dados	R\$ 1.659	62
Profissionais liberais	R\$ 3.477	306
Saúde privada	R\$ 1.649	742
Têxteis	R\$ 1.638	197
Transportes	R\$ 1.877	3.833
Urbanitários	R\$ 1.814	149

Fonte: MTE, Mediator. Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Dados atualizados até 04/04/2025

**Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE, variação real média dos reajustes por categoria selecionada - Brasil, últimas 12 datas-bases**

ALIMENTAÇÃO			COMUNICAÇÕES			COMERCIÁRIOS			CONSTRUÇÃO E MOBILIÁRIO		
	Acima	86,3%		Acima	47,3%		Acima	88,0%		Acima	91,3%
	Igual	11,2%		Igual	48,2%		Igual	10,1%		Igual	5,90%
	Abaixo	2,5%		Abaixo	4,5%		Abaixo	1,90%		Abaixo	2,70%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)		
1,16%			0,54%			0,98%			1,52%		
1.695			444			1.605			1.930		
EDUCAÇÃO PRIVADA			METALÚRGICOS			PROCESSAMENTO DE DADOS			PROFISSIONAIS LIBERAIS		
	Acima	64,6%		Acima	85,3%		Acima	58,4%		Acima	48,1%
	Igual	29,7%		Igual	12,9%		Igual	35,1%		Igual	39,3%
	Abaixo	5,7%		Abaixo	1,8%		Abaixo	6,5%		Abaixo	12,5%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)		
0,65%			1,3%			0,59%			0,52%		
158			1.455			77			351		
SAÚDE PRIVADA			TÊXTEIS			TRANSPORTES			URBANITÁRIOS		
	Acima	73,1%		Acima	64,2%		Acima	92,3%		Acima	66,3%
	Igual	17,0%		Igual	31,3%		Igual	5,2%		Igual	31,6%
	Abaixo	9,90%		Abaixo	4,5%		Abaixo	2,5%		Abaixo	2,0%
Variação média real			Variação média real			Variação média real			Variação média real		
Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)			Total (nº de reajustes)		
1,49%			0,89%			1,63%			0,65%		
769			201			3.454			196		

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediator. Elaboração: DIEESE  
Obs. Dados atualizados até 04/04/2025

## MERCADO DE TRABALHO

### Emprego formal no setor privado cresceu 4,2% em 2024

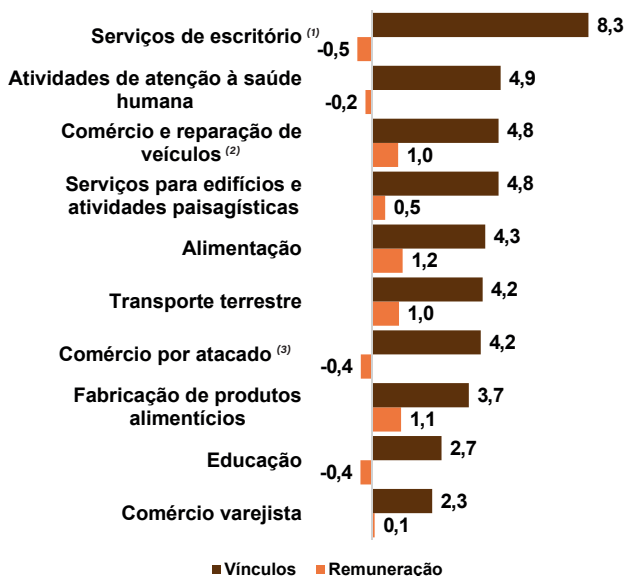
O número de empregos formais no setor privado cresceu 4,2%, em 2024, com a geração de 1,589 milhão de postos de trabalho no país. O total passou de 38,266 milhões para 39,855 milhões.

Só 10 setores responderam por 56,0% do estoque total de vagas no país, com o comércio varejista à frente, (7,280 milhões de empregos). Nesses segmentos, os com maior crescimento do emprego formal foram: serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas (8,3%); atividades de atenção à saúde humana (4,9%); comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (4,8%); e serviços para edifícios e atividades paisagísticas (4,8%).

A remuneração média dos empregos formais, contudo, cresceu só 0,3% em 2024, passando de R\$ 3.168 para R\$ 3.176, em valores atualizados.

No setor de serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas, apesar do crescimento do emprego, a remuneração média diminuiu 0,5%. No segmento de atividades de atenção à saúde humana, a variação negativa da remuneração foi de 0,2%.

#### Variação do número de vínculos formais de emprego e da remuneração média em setores selecionados (em %) - Brasil, 2024



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Rais). Nota: (1) De apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; (2) Automotores e motocicletas; (3) Exceto veículos automotores e motocicletas

## DIREITOS

### Qualificação profissional como conquista nas negociações

A qualificação profissional é uma ferramenta importante para o aprimoramento das competências dos trabalhadores. Nas negociações coletivas, as entidades sindicais têm contribuído com a inclusão, em acordos e convenções coletivas de trabalho, de cláusulas que promovem a qualificação profissional, por meio de treinamento, cursos que abonam os dias em que o empregado participa de atividades formativas ou congressos e, em alguns casos, asseguram adicional para os que concluíram cursos de qualificação.

Abaixo, exemplos de cláusulas.

#### ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A título de estímulo à qualificação profissional dos trabalhadores e elevação da qualidade e produtividade do setor, as empresas concederão adicional de 5% (cinco por cento) do piso salarial estabelecido para as categorias profissionais (cláusula 3ª deste acordo coletivo de trabalho) a todos os trabalhadores que concluírem com aproveitamento os cursos de formação e/ou qualificação profissionais, na sua área de atuação.

**Parágrafo Único** - O adicional será concedido a partir do término de um estágio prático de três meses no canteiro, para que venha a obter o certificado de conclusão do curso, no decorrer da vigência do contrato de trabalho.

#### AUTOMOÇÃO

Na automação dos meios de produção, com implantação de novas técnicas ou maquinários, a Empresa deverá desenvolver e promover treinamento pelo período necessário e durante a jornada de trabalho, a fim de que os trabalhadores adquiram melhor qualificação em seus novos métodos de trabalho.

#### EDUCAÇÃO CONTINUADA

O hospital poderá abonar até 5 (cinco) dias por ano, para que o colaborador compareça a congressos, simpósios e demais eventos técnico-científicos de sua especialidade, visando ao aperfeiçoamento profissional, conforme a necessidade da entidade. O colaborador deverá comunicar o fato ao empregador com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e comprovar o comparecimento por meio de documento emitido pelas entidades promotoras do evento, não podendo a liberação ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) da categoria profissional em exercício na empresa.

#### ALFABETIZAÇÃO

A fim de propiciar ao trabalhador da construção civil o resgate de sua cidadania, recomenda-se às empresas a adoção do programa de alfabetização para os operários nos canteiros de obras, em parceria com os sindicatos convenientes.

# PREÇOS

## Em março, custo da cesta básica aumenta em 14 capitais

Em março, o custo da cesta básica aumentou em 14 das 17 capitais onde o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, com destaque para as elevações em Curitiba (3,61%), Florianópolis (3,00%) e Porto Alegre (2,85%). Já as reduções foram observadas no Nordeste: Aracaju (-1,89%), Natal (-1,87%) e João Pessoa (-1,19%).

Entre fevereiro e março de 2025, as variações mais significativas foram observadas nos seguintes itens:

**Café em pó** - O preço subiu em todas as cidades pesquisadas. Os baixos estoques mundiais influenciaram a alta no varejo.

**Tomate** - Houve alta em 13 das 17 capitais. A menor oferta da safra de verão explica a elevação de preços na maior parte das cidades.

### Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais - Brasil – março de 2025

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Variação 12 meses (%)
São Paulo	880,72	2,35	8,30
Rio de Janeiro	835,50	2,53	2,86
Florianópolis	831,92	3,00	5,15
Porto Alegre	791,64	2,85	1,83
Campo Grande	788,58	1,89	8,02
Brasília	782,65	1,34	4,68
Curitiba	772,83	3,61	6,15
Vitória	762,94	2,34	4,61
Goiânia	754,06	1,99	7,18
Belo Horizonte	744,10	2,49	4,43
Fortaleza	727,46	2,36	9,69
Belém	704,90	0,69	5,60
Natal	636,47	-1,87	5,14
Salvador	633,58	0,76	2,17
Recife	627,14	0,29	5,90
João Pessoa	626,89	-1,19	7,49
Aracaju	569,48	-1,89	2,57

Fonte: CONAB/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica  
Obs.: A Companhia Nacional de Abastecimento e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos firmaram parceria para acompanhamento dos preços da cesta básica de alimentos, como contribuição à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e à Política Nacional de Abastecimento Alimentar, a partir de janeiro de 2025

### Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial – (março de 2025)

Salário Mínimo Necessário (SMN)	R\$ 7.398,94
Salário Mínimo	R\$ 1.518,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,87

Fonte: CONAB/DIEESE. Pesquisa Nacional da Cesta Básica

**Leite integral** - A cotação subiu em 10 capitais. A entressafra reduziu a oferta e a demanda seguiu firme, por isso a alta na maior parte das capitais.

**Carne bovina de primeira** - O valor do quilo baixou em 15 capitais. A maior oferta interna, apesar da resistência dos produtores em reduzir o preço, explica a diminuição.

**Arroz agulhinha** - O preço diminuiu em 15 das 17 cidades. A queda no preço do arroz importado e a maior oferta reduziram as cotações do grão.

**Óleo de soja** - O valor baixou em 13 capitais. A perspectiva de uma safra positiva explica a queda de preços do óleo no varejo, apesar da forte demanda pelo produto bruto, tanto para o setor alimentício quanto para a indústria de biocombustíveis.

Entre março de 2024 e março de 2025, todas as capitais tiveram alta de preço, com variações entre 1,83%, em Porto Alegre, e 9,69%, em Fortaleza.

### Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - abr/24 a mar/25

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	5,20
- Alimentação e bebidas	7,45
- Alimentação no domicílio	7,62
- Alimentação fora do domicílio	6,86

Fonte: IBGE

### Índices de inflação - IBGE

Índices de inflação	Março de 2025 (%)	Abr/24 a Mar/25 (%)	Projeção de inflação		
			mai/24 a abr/25 (%)	jun/24 a mai/25 (%)	jul/24 a jun/25 (%)
INPC-IBGE	0,51	5,20	5,27	5,17	5,28
IPCA-IBGE	0,56	5,48	5,53	5,44	5,59

Fonte: IBGE e BC. A projeção de inflação foi realizada em 17/04: para abril, 0,43%; para maio, 0,37%; e junho, 0,36%

### Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) Município de São Paulo, março de 2025

Março	Variação 12 meses (abr/24 a mar/25)			
Mensal	Geral	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
0,47%	4,42%	4,39%	4,70%	4,32%

Fonte: DIEESE

Obs: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.576,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.798,00) e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 31.041,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de fevereiro de 2025